



ETNOGRAFIAS DECOLONIAIS: possibilidades de crítica cultural aos modelos de “desenvolvimento” e (in) sustentabilidade socioambiental ao sul do Brasil.¹

Margarete Fagundes Nunes

Universidade Feevale/RS/Brasil

Palavras-chave: etnografia, decolonialidade, paisagem urbana

Introdução

Sob a perspectiva da etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013), articulamos neste artigo as categorias trabalho, paisagem urbana e relações étnico-raciais, tendo como locus de investigação o Vale do Rio dos Sinos/RS, Brasil.² Apoiamo-nos no estudo do Grupo de pesquisa *Modernidad/Colonialidad*, vinculado ao CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, situando o objeto de investigação à leitura crítica dos projetos de “desenvolvimento” da América Latina e da situação de colonialidade do poder dos seus territórios, tanto no que se refere à realidade física desses espaços quanto das suas dinâmicas socioculturais. Propomos uma reflexão sobre etnografia e decolonialidade, na medida em que a etnografia da duração permite a compreensão das narrativas dos habitantes da cidade em uma dimensão espaço-temporal, isto é, visa

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020. GT 37 - Estudos em contextos do Sul Global: novos inimigos, novas possibilidades e a (in)sustentabilidade das perspectivas e das redes Sul-Sul. Coordenadores: Lívio Sansone (UFBA - Universidade Federal da Bahia) e Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

² A Bacia do Rio dos Sinos integra 32 municípios. Possui cerca de 190 km de extensão desde a nascente, no município de Caraá, até a foz, no município de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre. As terras baixas do Rio dos Sinos formam o Vale dos Sinos, englobando 14 municípios da região metropolitana, entre eles o município de Novo Hamburgo. Disponível em: <<http://www.comitesinos.com.br/bacia-hidrografica-do-rio-dos-sinos>>

apreender a rítmica das ocupações territoriais, os arranjos, as negociações e os conflitos entre os diferentes grupos, ao longo do tempo, na disputa pelos recursos naturais e pela implantação de modelos de “desenvolvimento” na configuração dos territórios e das paisagens urbanas.

A partir das nossas pesquisas e das filiações teórico-conceituais, propomos a utilização da expressão etnografias decoloniais a fim de situarmos nossos trabalhos no contexto da produção de uma crítica cultural aos modelos de desenvolvimento e (in) sustentabilidade socioambiental implantados no Brasil e na América Latina. Nesta perspectiva, as etnografias decoloniais estimulam a reflexão tanto epistemológica quanto metodológica acerca da produção e reprodução do conhecimento e da relação “sujeito e objeto”, contextualizando ambos, pesquisador e objeto de investigação, diante dos projetos de “desenvolvimento” em curso, materializados em nível local/regional, mas articulados e tensionados pelas esferas nacional e global. Com a concepção de etnografias decoloniais intentamos questionar a manutenção da situação de colonialidade do poder e do saber dos territórios localizados ao Sul do mundo, nos aspectos físicos e geográficos desses espaços – recursos naturais, fauna, flora etc. – e nas dimensões sociais e culturais.

Desse modo, o artigo estrutura-se da seguinte forma: 1. Oferece um breve panorama das filiações teórico-conceituais; 2. Apresenta dados das pesquisas etnográficas; 3. Relaciona esses dados com a proposição conceitual das etnografias decoloniais; 4. Realiza as considerações finais.

Das Abordagens Teórico-Conceituais

Filiamo-nos ao conceito de etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013) a fim de conhecer os arranjos entre cidade e natureza nas metrópoles contemporâneas à luz do fenômeno da memória. Eckert e Rocha (2013) propõem o estudo da experiência do tempo para a compreensão do quanto esta experiência orienta as ações dos habitantes da cidade com o ambiente que os cercam, bem como o inverso, isto é, o quanto esses habitantes são afetados pelo espaço onde vivem, no sentido de que o ambiente reage a esta presença.

As autoras supracitadas seguem os preceitos de Bachelard (1988) sobre o fenômeno da duração no intuito de desvendar os jogos da memória, os quais tecem, no tempo, as relações entre cidade e natureza. As autoras destacam a heterogeneidade e

descontinuidades na relação entre os tempos pensados e os tempos vividos por seus interlocutores nos espaços urbanos onde esses habitam.

Nossas pesquisas sobre memória do trabalho e memória ambiental, na região do Vale dos Sinos\RS, têm como inspiração os estudos desenvolvidos por Devos (2007; 2009) no arquipélago das Ilhas de Porto Alegre\RS. Esse autor, alinhado aos estudos da etnografia da duração de Eckert e Rocha (2013), propõe o conceito de memória ambiental para análise e interpretação das formas da vida urbana que conjugam as experiências do tempo dos seus habitantes em sua íntima relação com o ambiente que os cercam.

Tendo como referência o estudo da memória como ‘espaço fantástico’, na linha dos estudos sobre etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013), Devos (2007) procura compreender a forma como os “ilhéus” refletem sobre as transformações na paisagem da região ao longo do tempo e, do mesmo modo, como essas paisagens reagem a essa presença.

Nesse sentido, nossas pesquisas sobre a matriz operário-industrial implantada na região dos Sinos, em especial a de produção do couro e do calçado, que teve seu apogeu e crise ao longo do século XX, tecem fortes laços com os procedimentos de pesquisa adotados por Devos (2007; 2009) sobre o Delta do Rio Jacuí. Por meio da nossa adesão à etnografia da duração, também atentamos para o modo como os habitantes da região dos Sinos, nossos interlocutores, interpretam e dão sentido às suas ações e itinerários urbanos, às suas lembranças acerca do trabalho, das relações étnico-raciais, das paisagens urbanas e dos conflitos socioambientais. Consideramos, igualmente, as transformações das paisagens urbanas e os agenciamentos das matérias terrestre e aquática na sua intrínseca relação com a implantação de uma matriz operário-industrial na região dos Sinos.

Quando utilizamos o conceito de paisagem, concordamos com a visão dualista simmeliana de que a paisagem é a delimitação do todo, é parte da unidade que é a natureza, mas para a sua demarcação necessita do olhar humano, pois a paisagem é modelada por uma disposição estética pela “individualização das formas interiores e exteriores da existência”, pelo gesto espiritual humano que, ao individualizar, deseja retornar ao todo pela parte. A paisagem não é tão somente um conjunto de elementos objetivos e extrínsecos, ela é também resultado da produção espiritual humana (Simmel, 2009).

Privilegiamos o contexto da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos como delimitação geográfica de nosso universo de pesquisa, considerada, aqui, por conter

diferentes escalas espaço-temporais, tal qual propõe Little (2006), ao dizer que os conflitos socioambientais só podem ser estudados etnograficamente quando se levam em conta os multiatores envolvidos - sociais e naturais – em seus diferentes níveis de escala, o que ele denomina de conexões fractais. Assim, seguindo a proposta do autor, por contemplar distintos ecossistemas na dinâmica de suas águas, a “Bacia dos Sinos” como foco de análise dos conflitos socioambientais nos permite operar em diferentes escalas o estudo da memória ambiental associada às memórias do trabalho nos curtumes e nas fábricas de calçados e componentes para calçados. Desse modo, é possível mapear os níveis complexos de articulações e relações entre cidade e natureza que deles decorrem (local, regional, nacional, global), sem perder de perspectiva o processo de mercantilização de seu ecossistema, herdeiro dos mitos fundacionais da instalação da “supremacia do Ocidente” na região do Vale dos Sinos e de sua matriz operário-industrial.

Em nossas pesquisas na região, temos registrado narrativas etnobiográficas com trabalhadores e empresários que direta ou indiretamente vincularam-se ao trabalho da indústria coureiro-calçadista ou que, ainda hoje, mantém algum tipo de ligação. Destacam-se nas suas narrativas as relações de trabalho e as demarcações étnico-raciais; a cidade, a região e as transformações da paisagem; os conflitos socioambientais e, em vários casos, a menção à crise deste ramo de trabalho com o fechamento de inúmeros estabelecimentos industriais.

Aproximamo-nos das abordagens teóricas do Grupo de Trabalho do CLACSO, cuja leitura acerca da América Latina e de seus territórios destaca a concepção de “natureza colonizada” (Alimonda, 2011). Os autores enfatizam em suas análises a “supremacia do Ocidente” e seus impactos na América Latina (Quijano, 2005), desde a exploração dos recursos naturais e a desigualdade econômica à dominação cultural.

Assim, nos propomos a pensar a instalação dos complexos industriais, seus saberes e técnicas correspondentes como parte constitutiva deste movimento, cujo mito fundante é a “invenção da América” (Todorov, 1982), e entre seus desdobramentos está a formação dos Estados nacionais do sistema mundial moderno/colonial (Quijano e Wallerstein, 1992)

Na esteira, portanto, da tradição de um pensamento político ambiental complexo que se propõe a pensar a “devastação socioambiental” na América Latina (Leff, 2015), nossa intenção é contribuir com a desconstrução da colonialidade do poder e do saber ainda presente nas sociedades latino-americanas e nas narrativas das ciências sociais e da natureza.

Os estudos de memória ambiental nos termos aqui propostos se contrapõem à abordagem do fenômeno do tempo linear e progressista do qual resultou a “invenção da América” (Todorov, 1982), e que teve por consequência o processo de “comercialização da natureza” em escala mundial como parte de um progressivo processo de exploração e dominação (Alimonda, 2011).

Em alusão ao que discute Devos (2009), sobre a visão simmeliana do conceito de “tragédia da cultura”(Simmel, 2004), e para o aprofundamento da memória ambiental na região dos Sinos, o que vemos é menos a preocupação com a degradação ambiental e a contaminação das águas e mais a preocupação com a “crise coureiro-calçadista”, por parte dos habitantes locais e dos setores que atuavam diretamente em tais indústrias. Nas narrativas sobre a transformação da paisagem da região, o fechamento e o deslocamento das fábricas se tornaram um desafio para todos que ali habitam no sentido de enquadrar as descontinuidades na forma como se apresenta a relação cidade\natureza.

Esta “tragédia da cultura” fica evidente na pesquisa de campo desenvolvida por Figueiredo (2014), que ouviu trabalhadores, empresários, sindicalistas, técnicos ambientais e gestores públicos do Vale dos Sinos com o objetivo de compreender como esses diferentes agentes lidavam com a percepção de risco ambiental em relação às indústrias curtidoras e quais eram suas principais ações diante do fenômeno. O autor salienta que a percepção do risco era muito mais individual e menos coletiva, não ocasionando grandes mobilizações políticas de defesa do meio ambiente. Ao contrário, em várias passagens do seu estudo, o autor ressalta os fatores sociais e culturais ligados à percepção de risco, pois muitos trabalhadores, por exemplo, destacavam mais o temor diante do desemprego e do fechamento das fábricas e menos o medo da contaminação ambiental.

Figueiredo (2014) também dá visibilidade às queixas dos empresários ligados às indústrias de curtimento em relação às legislações ambientais que orientaram as políticas públicas de controle ambiental, a partir da década de 1980. Os conflitos socioambientais locais forçaram a migração de alguns complexos industriais para o norte, centro-oeste e nordeste do Brasil. A “tragédia da cultura”, neste caso, pode ser exemplificada pelos deslocamentos dos complexos industriais, favorecidos pelas guerras fiscais entre os estados, pela liberdade de explorar livremente o trabalho e os ecossistemas, movimento distante de qualquer pacto de defesa ambiental que pudesse ter sido construído e elaborado por diferentes agentes - empresários, representantes do poder público e movimentos sociais.

No esforço de contribuir para formular uma “epistemologia do sul” (Santos e Meneses, 2009), o teórico Quijano (2014) alerta que a colonialidade do saber e do poder sobreviveu ao fim do colonialismo do sec. XIX e se complexificou com a globalização, no século XX, na forma de um sistema-mundo moderno\colonial, caracterizado por formas de controle sobre os estados nacionais e seus territórios moderno\coloniais, nas suas mais diferentes escalas, configurando um sofisticado sistema de divisão de classes sociais pautado na racialidade (Quijano, 2005; 2014). Novos territórios coloniais são implantados dentro dos Estados-nação, atualizando os processos de pilhagem dos recursos naturais de tais regiões.

Segundo Quijano (2005), as linhas demarcatórias das relações do Velho Mundo com o Novo mundo, desde a era colonial, sofrem transfigurações no sentido da manutenção de relações políticas e culturais excludentes entre ambos e as quais tendem a invisibilizar formas de pensar que não se encaixam em outras formas de conhecimento (indígenas, tradicionais, populares, leigos, etc.). Tais relações excludentes, mantidas na modernidade ocidental e que passam a se expressar globalmente, segundo o autor, vão continuar a manutenção de uma divisão do mundo em zonas primitivas e zonas civilizadas. Esta mesma lógica colonial é reproduzida entre os Estados nacionais do Sul do mundo e mesmo entre regiões de um mesmo Estado-nação.

Dos diálogos etnográficos – “Atrás do boi foi o curtume”

Mas se tu fores na história, logo depois da imigração, aquela rua do lado de lá, que vai de São Leopoldo para Lomba Grande, era conhecida como a Picada dos Curtumes. Em cada casa, nos fundos, tinha um curtume, porque esses caras todos, eles tiveram na Alemanha, de alguma maneira eram artesãos e tiveram que fazer a vida. Então todo o nosso artesanato, toda a nossa habilidade manual, tudo que aqui se criou veio junto com esses imigrantes [...] então a possibilidade de curtir couro, de fazer sapato, de ter confecções, de ter alfaiates, isso tudo veio no bojo da imigração alemã para cá. E tem coisas extremamente interessantes para contar, tem que me lembrar depois das charqueadas, dos negros que aí vem um treco importante. [...].

Essa relação ela foi muito bem e também houve um outro problema migratório da região quando as charqueadas começaram a ser extinguidas no Rio Grande do Sul: Pelotas, Rio Grande, as charqueadas eram baseadas em mão de obra negra e esses escravos ficaram... escravos, semi-libertos, ficavam... eles já eram, na época, já tinha sido abolida a escravatura, mas esses caras perderam os empregos. E eles como tinham a origem no campo, na lida de campo, no abate, na esfola, no trabalho com carne, eles acabaram vindo para o setor de couro, porque eram habituados ao trabalho com peso de um boi, peso de uma pele, o peso de uma paleta, eles tinham esse cacoete e isso trouxe uma migração de funcionários negros para o Vale do Rio dos Sinos atrás de emprego. [...]

Então, nós temos uma ida do boi para o norte e atrás do boi foi o curtume. Primeiro, atrás do boi foi o frigorífico e depois atrás do frigorífico foi o curtume. Porque dificuldade de transporte, o custo da salga, com todo o problema de trazer sal para o centro oeste, trazer couro salgado do centro-oeste para cá, era mais fácil ir lá fazer a instalação do curtume e trabalhar o couro *in verde*. O que *in verde*? Tira do boi e começa a trabalhar. Não conserva. Isso foi um movimento que iniciou nos anos 70, e ele foi progressivo, foi lento ele não foi uma coisa assim, VRUM... foi... É que nem hoje, a gente fala de desmatamento da Amazônia e daí a gente aqui de longe fica pensando, mas como, a gente não vê isso né, a gente não vê esse movimento, mas ele acontece, ele é lento. E hoje é assim, a indústria de couro no Rio Grande do Sul é um apêndice da indústria do couro do Brasil. Hoje nós temos aqui 1 milhão e meio de abate, 10% (dez) do que nós tínhamos há 35 anos atrás. Consequentemente os curtumes fecharam; o rebanho de bovinos no Rio Grande do Sul, que era expressivo, ele hoje está minguado, há números muito pequenos; se for ver estatisticamente, acho que temos um terço do que a gente tinha. Então, essas coisas foram mudando a face do setor no Estado. Por quê? Porque o setor foi migrando para o norte e atrás do curtume vai toda a leva. (Diretor da AICSul. 2014).

O trecho da narrativa acima é de um dos nossos interlocutores de pesquisa, um dos diretores da Associação das Indústrias de Curtumes do Rio Grande do Sul. Realizamos esta escuta e diálogo com empresários do setor, profissionais técnicos, proprietários e ex-proprietários de curtumes entre os anos de 2013 a 2017. Na década anterior, entre os anos de 2003 a 2012, em virtude dos projetos de extensão universitária e da pesquisa para tese de doutorado, os encontros etnográficos estavam centrados nas comunidades negras do Vale dos Sinos. Neste intervalo de tempo de quase duas décadas de pesquisa, as categorias trabalho, raça/etnia foram eixos das nossas reflexões teóricas.

Na pesquisa etnográfica com as comunidades negras do Vale, as narrativas sobre a presença negra nas indústrias curtidoras passaram a ganhar relevo (Nunes et. al. 2013), porque as lembranças do trabalho realizado por avós, pais, tios, no interior desses curtumes, eram acionadas com frequência por nossos interlocutores. Desse modo, passamos a incorporar aos estudos da memória do trabalho a memória ambiental (Devos, 2007; 2009), abrindo espaço, assim, para uma etnografia da duração atenta aos conflitos socioambientais resultantes da implantação e desenvolvimento da matriz operário-industrial no Vale dos Sinos. Por isso, as categorias, trabalho, raça\etnia, paisagem urbana e conflitos socioambientais passaram a ser problematizadas de modo articulado em nossos últimos trabalhos (Rocha, Nunes, Figueiredo, 2016; Nunes, Rocha, Figueiredo, 2019).

Nosso interlocutor supracitado destaca o fenômeno da migração de parte da indústria de curtimento para outras regiões do Brasil, que, entre outros motivos, vai “atrás do boi”. Ele ressalta também como estímulo para migração os inúmeros conflitos

ambientais resultantes da fiscalização e atuação de órgãos públicos por efeito do cumprimento das leis de proteção ambiental. O tenso debate e as dificuldades de negociação entre os agentes – poder público, empresários, técnicos ambientais, trabalhadores, movimentos sociais etc. – teria sido uma das causas, segundo alguns dos nossos interlocutores, para o fechamento das fábricas e/ou deslocamento para outras regiões. Nas narrativas dos empresários do setor há um destaque, também, para as dificuldades do poder público de gerenciar e liderar o processo de prevenção e controle da contaminação. Segundo eles, além do alto investimento para o tratamento dos resíduos, a responsabilidade para desenvolver e administrar este serviço era exclusividade das empresas, sem a participação do Estado.

As tensões e conflitos entre esses diferentes atores já foram exaustivamente observados e analisados por Figueiredo (2014), que aponta a importância de outro agente social, na época, ainda não citado por nós, aqui, a mídia. Segundo esse autor, se por um lado havia escassez de mobilizações coletivas de defesa e proteção ambiental, por outro lado havia a presença contundente da mídia que exercia influência e pressão sobre os órgãos governamentais para que algumas medidas fossem tomadas em relação à questão ambiental. Fato este destacado também por mais de um dos nossos interlocutores.

Em 1984, todo mundo teve que fazer um tratamento secundário, e ninguém sabia como fazer isso. Se gastou horrores, mundos e fundos, se fez de tudo e tal, um monte de coisa errada. Até que em 1989, a ABQTIC - Associação Brasileira dos Químicos e Técnicos da Indústria de Couro - que começou a ter uma expressão maior, nós lá, em determinado momento, com pessoas de fora das indústrias químicas, que trabalhavam aqui, a gente conseguiu montar uma equipe para vir aqui nos dar uma mão. Então, na época, veio uma senhora, a senhora Faitys, isso foi no ano de 1989, a senhora Faitys veio aqui. Ela tinha se aposentado no Curtume Floybert que era o grande marco referencial da época áurea da Alemanha. Já estava decadente e ela era uma senhora com 60 (sessenta) e tantos anos, aposentada, e ela foi convidada, aceitou o convite. Pagou-se as contas dela, não ganhou dinheiro, mas ela fez turismo no Brasil. Veio junto um ex-gerente da Bayer aqui do Brasil, Chaloík, um holandês, ele trabalhava num curtume na Holanda, Curtume Tank da Holanda. E veio junto mais um formado recentemente com 26 (vinte e seis) anos em engenharia ambiental, também holandês. Na verdade, entrou na carona. Ele tinha alguns trabalhos interessantes na área ambiental e ele veio junto.

Nós fizemos juntos um seminário em Estância Velha, um em Londrina no Paraná, e um em Campina Grande no Nordeste. E eu fiz parte dessa comitiva porque eu já estava envolvido com a ABQTIC até as orelhas. Como eu era sócio numa empresa, mas eu tinha uma certa liberdade de manejar a minha vida, disse aos meus sócios: - vou nessa.

Esse talvez tenha sido o pontapé que a gente teve de tecnologia na área de tratamento. Eu digo assim: existe um marco divisório. o antes e o depois das visitas deles. Mas foi uma iniciativa criada pelos técnicos da área de couro, porque do governo nunca ninguém se preocupou em fazer nada a não ser exigir e multar. A entidade aqui era presidida pelo Paulo Muller (AICSul), nos anos 80, e o Antenor Ferrari era o secretário da saúde ou estava ligado ao DMA – Departamento de Meio Ambiente - ou ele era um responsável ambiental, não

sei. Eu sei que ele convocou o presidente da casa para as 7:00 horas estar no gabinete dele, 19:00 h. E o Paulo Muller olhou e tal para o secretário executivo e disse: - tu vais. Aí, o cara estava lá, ficou no embrulho até às 19 horas, abriram a porta e estava a TV Globo do outro lado, que era a RBS TV, filmando ao vivo e a cores. Ele comunicou que estava fechando 12 (doze) curtumes por não cumprirem as leis ambientais. Ao vivo e a cores, no ar, sem aviso, nem os curtumes sabiam.

[...] Isso deixou o setor muito abalado. Porque a gente tinha, olha a gente fazia, tentava fazer e não conseguia. Então, a gente tem problemas, sim, da parte ambiental muitos que aqui nos trouxeram e que deram “pepinos” (problemas). Assim, também vamos lá, o resíduo sólido. O primeiro resíduo sólido controlado foi o do curtume em Estância Velha. Em 1989, surgiu uma área que a FEPAM disponibilizou - vocês têm que resolver e botar todos os resíduos de vocês num lugar só. Então era uma área, foram lá compraram uma área - Pode ser aqui? Pode. Então começaram a botar, daí a FEPAM foi lá: - Bah, está feio isso, vamos fazer o seguinte: vamos fazer uma compactação de um aterro para botar esse resíduo em cima. - É, tá, tudo bem, mas corre água para um lado, para o outro, chorume e tal, vamos fazer um buraco e impermeabilizar ele com barro e colocar dentro - É em filtro, aí foi botado o buraco, compactação, geomembrana, fura. Compactação, geomembrana, areia, mais uma geomembrana. Tá... tinha que parar de chover dentro - vamos botar telhado. Assim, foi construída a norma da NBR que define hoje como é um aterro de resíduos industriais perigosos.

(Diretor da AIC Sul – Acervo de pesquisa 2013-2017).

Por ocasião do desenvolvimento de sua pesquisa e publicação da tese, Figueiredo (2014) mostra os limites da teoria da *modernização ecológica* (Hajer, 1995) para análise da realidade dos países localizados ao sul do mundo. À medida que o autor avança no diálogo com Beck e Giddens sobre a teoria da sociedade de risco e da reflexividade também demonstra os limites da teoria da *modernização reflexiva* (Beck, Giddens, Lash, 2012), especialmente quando se trata da contextualização dos países e dos povos mais vulneráveis ao risco socioambiental. Ainda assim, Figueiredo (2014) não desenvolve uma crítica direta aos autores e se apoia nesta teoria para a análise das consequências ambientais da implantação do complexo industrial de curtimentos no Vale dos Sinos.

Em nossos últimos trabalhos, aproximamo-nos teoricamente do grupo latinoamericano Modernidad/Colonialidad, vinculado ao Clacso, cujas produções mais recentes tomam como referências basilares as obras *La Naturaleza Colonizada: ecología política e minería en America Latina*; *Ecología Política Latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Ambas organizadas por Hector Alimonda (2011; 2017), um dos teóricos mais proeminentes na formulação de uma epistemologia crítica latino-americana.

Detemo-nos, aqui, à discussão da indústria do curtimento por força dos próprios conflitos ambientais decorrentes do sistema de tratamento de resíduos das curtidoras. No entanto, as fábricas de calçados e componentes para calçados também enfrentavam

problemas com o resíduo industrial. Durante nossa pesquisa dialogamos com moradores, gestores públicos e empresários que informaram sobre a existência de aterramentos clandestinos espalhados pelas cidades do Vale devido à quantidade de sobras de materiais usados na produção coureiro-calçadista.

Aí eles vêm fazer um escândalo que lá na Udresa (União dos Trabalhadores em Resíduos Especiais e Saneamento) existe coisas que não estão de acordo. Lógico que existe coisas que não estão de acordo, por quê? Porque não tinha ideia de como fazer. Agora, vocês acham que se lá estava ruim imagina o resto como é que era? Botavam em qualquer lugar.

Eu desafio qualquer um, aqui no campo de futebol, construído nos anos 90, que o terreno não seja de retalho de couro. O Fórum de Novo Hamburgo, esse antigo Fórum de Novo Hamburgo, ali entre as ruas Jaú e a Três de Outubro, ele racha porque embaixo é só couro. Ele foi construído em cima de um aterro, ali se botava resíduos.

Se tu cavares vai achar couro, claro que vai achar couro, está cheio. Vocês imaginam, nos anos 80 teve um grande número de exportação de sapato, nós chegamos a valores de um bilhão e seiscentos milhões de exportação de calçados. Nós chegamos a fazer cento e sessenta milhões de pares de sapatos para exportação. Esse retalho está em algum lugar, ele não evaporou.

Alguma coisa foi consumida? - Sim, as olarias queimavam couro na boca do forno, para queimar tijolo usavam couro. - Ah, dava bicromato, dava problema? - Sim, dava. Na época, que controle tinha? Nenhum. Ninguém sabia nada. Todas essas coisas vieram depois.

Nossa crítica à implantação da matriz operário-industrial e à (in) sustentabilidade socioambiental deste projeto de desenvolvimento afirma-se pelas consequências aos ecossistemas terrestre e aquático e pelas discursividades e práticas que sustentaram relações étnico-raciais desiguais no Vale dos Sinos e no Rio Grande do Sul, pois o ideário de progresso e desenvolvimento foi associado ao imigrante alemão, invisibilizando negros, indígenas e outros grupos étnico-raciais da constituição da memória social do mundo do trabalho.

Atualiza-se e preserva-se, assim, a divisão social e racial do trabalho implantada com o processo colonizador, (Quijano, 2005), em que as representações e imagens do trabalho livre, assalariado, remunerado, liga-se à figura do europeu branco, civilizado, enquanto a escravidão e a servidão são associadas ao trabalho de negros e indígenas. Por isso, em nossa perspectiva do desenvolvimento de etnografias decoloniais, pesquisamos a presença dos trabalhadores negros nesta matriz operário-industrial, especialmente no interior da indústria curtidora e, mais tarde, da indústria de calçados e artefatos, colocando-os, dessa forma, como protagonistas do trabalho industrial do Vale, ao lado dos imigrantes alemães (Nunes et. al, 2013).

A minha mãe trabalhou em várias empresas que hoje eu nem me lembro o nome, mas sempre como costureira de calçados, e quando meu pai faleceu ela ficou com a pensão. Mas para manter três crianças não dava, então ela continuou, ela sempre trabalhou mesmo durante... enquanto meu pai era vivo. Depois ela se manteve trabalhando e eu já estava com onze anos e eu sempre demonstrei muita vontade de estudar, eu queria estudar, na verdade eu não era... não tinha toda uma inteligência, mas eu gostava de estudar né, e ela me fez uma proposta: - tu quer estudar, então tu cuida da casa e eu continuo trabalhando na fábrica, e cuida da tua irmã - E a minha irmã tinha um ano e meio quando o pai faleceu, eu com onze e meu irmão com dez e foi assim que aconteceu, aí a mãe continuou trabalhando em fábrica de calçado e eu estudando e cuidando da minha irmã e da casa né. Eu tinha que fazer todo o serviço da casa. E isso foi meio que... é muito intrigante, porque na época as pessoas diziam para ela assim: - Não, bota essa guria a trabalhar, bota em uma casa de família - porque era normal que as pessoas, que as mulheres negras – eu me lembro muito isso, as negras eram empregadas domésticas [...] Então, para muitas pessoas era muito estranho que eu estivesse estudando, porque era normal colocar as meninas em casas de família para trabalhar. (trabalhadora autônoma, acervo do projeto As comunidades negras do Vale e a memória do Trabalho. 2012).

Ao narrar suas memórias enquanto mulher, negra, filha de uma costureira das fábricas de calçados, nossa interlocutora não apenas ressalta a presença das mulheres negras no interior das indústrias de calçados como menciona a expectativa social em relação ao trabalho dessas mulheres, a do trabalho doméstico, apontado como “destino”, como uma normalidade em se tratando de mulheres negras. A vinculação do trabalho doméstico com as mulheres negras não é gratuita, é fruto das imagens e representações do trabalho escravo, que, mesmo no período de transição para o trabalho livre, as mulheres negras continuaram sendo as “protagonistas” da limpeza e do cuidado das chamadas “casas de família”. Situação que era bastante comum na região dos Sinos, conforme apontamos em pesquisas anteriores (Nunes, Magalhães e Rocha, 2013).

A exclusão social e racial dos trabalhadores não acontecia apenas do ponto de vista espacial e territorial, devido à ocupação das regiões periféricas e dos vazios urbanos, - regiões de banhados, várzeas e beiras de arroios – tampouco só no mundo do trabalho, mas a exclusão era também simbólica, isto é, negros, indígenas e outros grupos étnico-raciais foram durante muito tempo invisibilizados nas representações e imagens que sustentaram os mitos do progresso e desenvolvimento industrial do Vale.

Da proposta das etnografias decoloniais

Geertz, em *El Antropologo como Autor* (1989), ao discorrer sobre a antropologia que se desenvolve em um cenário “pós-colonialista”, alerta para a complexidade discursiva que se configura no pensamento antropológico da segunda metade do século

XX, pela multiplicidade de “autores” que se estabelecem no interior da disciplina. Autores que despontam de diversos lugares do planeta, inclusive oriundos de alguns dos cenários descritos nas etnografias clássicas. Se esta presença citada por Geertz (1989) enriquece as etnografias por causa da pluralidade das experiências do exercício de “estar lá”, podemos afirmar que isso torna ainda mais rica a experiência do “estar aqui”.

Nesta obra, Geertz está concentrado na discussão sobre o trabalho daqueles antropólogos que instituem os “termos do discurso” - os autores-escritores - isto é, aqueles que “assinam” o texto e, ao mesmo tempo, estabelecem paradigmas teóricos relevantes, equilibrando as perspectivas autoral e científica. Em uma passagem do seu texto, o autor chama a atenção para o fato de que o estar lá autoral é tão difícil quanto o estar lá pessoalmente. Aparecer, situar-se, “autorizar-se” no próprio texto é tão difícil quanto a inserção em campo.

Este nosso breve diálogo com Geertz é para chamar a atenção para a importância da “autoria” e/ou da “assinatura” do que estamos denominando de etnografias decoloniais, a partir do nosso diálogo com o grupo *Modernidad\Colonialidad*, do Clacso, e da nossa filiação ao conceito de etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013). Enquanto Geertz (1989) fala de outro contexto e com outra intenção, nós o parafraseamos de acordo com o nosso interesse interpretativo, qual seja, o de nos situarmos etnograficamente no contexto das antropologias brasileira, latino-americana, ou, em alusão à proposição de Cardoso de Oliveira (2000), das “antropologias periféricas”.

Quando utilizamos a designação etnografias decoloniais queremos destacar menos a concepção de método etnográfico e mais a compreensão proposta por Peirano (2014) de formulação teórico-etnográfica, destacando a inseparável relação entre prática etnográfica e teoria. O mais interessante da discussão da autora não é só a defesa da leitura das monografias, tampouco a constatação de que a “boa etnografia” é também teórica, mas de que podemos constantemente ler, reler etnografias não somente para retomar o método senão para rever teorias.

Peirano (2014) se refere às etnografias em geral. Aqui, queremos nos referir às nossas próprias experiências etnográficas vistas sob a ação do tempo. Neste caso, consideramos o “estranhamento” de nossas experiências etnográficas, sejam essas decorrentes de uma pesquisa de campo planejada ou de uma experiência inesperada, ocasional, tal qual propõe Magnani (2009), quando diferencia etnografia como prática da etnografia como experiência.

Neste sentido, nossas pesquisas etnográficas realizadas no Vale do Rio dos Sinos passam a ser (re) lidas, (re) interpretadas, (re) visitadas, quando podemos exercitar “o estranhamento do estranhamento”, revigorar o “estar aqui” sob a perspectiva da articulação entre etnografia da duração e crítica cultural à colonialidade. Não se trata só de descrever o que vimos mas de situarmo-nos no interior de uma crítica cultural sobre o que vimos. Por isso a proposição do uso do adjetivo “decolonial”.

A adesão conceitual, por ora, fortalece leituras anteriores de crítica cultural sobre as estéticas urbanas e memória coletiva edificadas ao sul do Brasil, como a tese de Rocha (1994/2020), que demonstra as tensões da imposição da concepção de um tempo histórico, linear e progressista na leitura da estética da vida urbana brasileira e as memórias coletivas dos seus habitantes. Memórias que acionam lembranças de desencontros, confrontos, conflitos e que demarcam mais a descontinuidade, a “estética da desordem” do que o inverso.

Considerações Finais

Ao longo do artigo, demonstramos as incongruências da implantação de projetos de desenvolvimento no sul do Brasil e as consequências socioambientais que transcendem as comunidades locais e regionais. Nesta direção, nossas experiências etnográficas, ou melhor, nossas formulações teórico-etnográficas (Peirano, 2014) visam contribuir com a construção das epistemologias do sul e, sobretudo, desde a antropologia, fortalecer as etnografias decoloniais. Desse modo, pretendemos contribuir tanto para a desconstrução do eurocentrismo presente nas discursividades científicas, mas no eurocentrismo das discursividades e práticas que animam o cotidiano, que orientam a edificação das estéticas e das paisagens urbanas e nutrem as relações socioambientais.

Referências Bibliográficas

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (coord.). *La Naturaleza Colonizada: ecología política e míneria en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 21-58. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120319035504/natura.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

- ALIMONDA, Héctor; PEREZ, Catalina T.; MARTÍN, Facundo. (coord.). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Tomo 1. Buenos Aires: Facundo Martín/CICCUS; México: Universidad Autónoma Metropolitana/CLACSO, 2017. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20171030111951/GT_Ecologia_politica_Tomo_I.pdf. Acesso em 24 jul. 2020.
- BACHELARD, Gaston. *A Dialética da Duração*. São Paulo: Ática, 1988.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Trad. de Magda Lopes. 2. ed. São Paulo: Edunesp, 2012.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2000.
- DEVOS, Rafael Victorino. *A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque estadual Delta do Jacuí*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- DEVOS, Rafael Victorino. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. *Ambiente & Sociedade*, v.12, n. 2, p. 293-306, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n2/a06v12n2.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza C. *Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.
- FIGUEIREDO, João Alcione Sganderla. *La Cuestión del Riesgo Industrial, Tecnológico y Ambiental: indiferencia o necesidades insatisfechas?* Porto Alegre: Cirkula, 2014.
- GEERTZ, Clifford. *El Antropólogo como Autor*. Barcelona\Buenos Aires\México: Studio Paidós, 1989.
- HAJER, Marteen. *The Politics of Environmental Discourse*. Ecological modernization and the policy process. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- LEFF, ENRIQUE. Political Ecology in Latin America: the social re-appropriation of nature, the reinvention of territories and the construction of an environmental rationality. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. UFPR, vol. 35, 5, p. 65-88, dez. 2015.
- LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*., Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, jun. de 2006.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre , v. 15, n. 32, p. 129-156, Dec. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-71832009000200006&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 20 out. 2020.
- NUNES, Margarete F. et al. Era um hino de fábrica apitando: a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil. *Etnográfica*, v.17, n 2, p. 269-291,

jun. 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/3122>. Acesso em: 23 jul. 2020.

NUNES, Margarete Fagundes; MAGALHAES, Magna Lima; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Trabalho negro, memória negra no Vale do Sinos (RS): narrativa etnobiográfica de Vó Nair. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 269-292, jun. 2013.

NUNES, Margarete F.; ROCHA, Ana Luiza C.; FIGUEIREDO, João A. S. The memory of labour and environmental memory: the tannery industries of the Sinos River Valley/RS, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, n. 01, p. 173-188, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbeur/v21n1/en_2317-1529-rbeur-21-01-173.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos* [online], vol.20, n.42, p.377-391, jul. a dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015 Acesso em 19 out. 2020.

ROCHA, Ana Luiza C. *Le Sanctuaire du Desordre ou l'art de vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques: Etude de l'esthétique urbaine et la mémoire collective au sud du Brésil*. Porto Alegre: Editora Independente (Biev Ufrgs), 2020. Disponível em: http://www.theses.fr/1994PA05H059_795_p. Acesso em 20 out. 2020.

ROCHA, Ana Luiza C.; NUNES, Margarete F.; FIGUEIREDO, João A. S. Paisagens e Territorialidades da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos: uma etnografia do trabalho e da memória ambiental. In: RODRIGUES, Marco A.S.; KAYSER, Ana C.; PEDDE, Valdir (org.) *Rio dos Sinos e Qualidade Ambiental*. Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 17-43.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, p.107-130, set. 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CLÍMACO, Danilo A. (org.) *Cuestiones y Horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*/Aníbal Quijano. Antologías. Buenos Aires, Clacso. 2014. p.285-327. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. "Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System". *International Social Science Journal*, 134: 549-557, 1992.

SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de la Modernité*. La femme, la ville, l'individualisme. Paris: Payot & Rivages, 2004.

SIMMEL, G. *A Filosofia da Paisagem*. Covilhã: Lusosofia Press, 2009. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1982.